

Conta Global
Ano 2011

ORDEM DOS ENGENHEIROS

BALANÇO				
			(euros)	
			31-Dez-2011	31-Dez-2010
SNC	ATIVO	NOTAS	Ativo Líquido	Ativo Líquido
	Ativo não corrente			
43	Ativos fixos tangíveis	6.1 d)	8.922.698,36	8.044.160,81
42	Propriedades de investimento		2.000,00	0,00
44	Ativos fixos intangíveis	7.1 d)	65.829,22	3.091,81
4111+4121+4131	Participações financeiras - método equivalência patrimonial	5 e 8.1	89.396,50	87.278,10
41	Participações financeiras - outros métodos		1.115,46	1.984,96
	TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE		9.081.039,54	8.136.515,68
	Ativo corrente			
32 a 36	Inventários	9	252.673,00	232.877,69
211+219	Clientes	11.2 a)	500.857,74	473.987,04
228	Adiantamentos a fornecedores		4.804,92	2.694,00
15+18	Estado e outros entes públicos	11.2 b)	64.021,25	39.281,57
221+23+272..278	Outras contas a receber	11.2 a)	525.921,24	600.864,17
281	Diferimentos	11.2 c)	101.884,73	59.842,40
142	Outros ativos financeiros	11.2 d)	70.908,36	70.574,19
11 a 13	Caixa e depósitos bancários	4.2	8.847.256,58	8.855.100,65
	TOTAL DO ATIVO CORRENTE		10.368.327,82	10.335.221,71
	TOTAL DO ATIVO		19.449.367,36	18.471.737,39
SNC				
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	CAPITAL PRÓPRIO			
551	Reservas legais	11.2 f)	504.950,02	452.546,89
552 a 558	Outras reservas	11.2 f)	2.356.908,67	2.197.448,37
56	Resultados transitados	11.2 f)	14.256.985,37	13.189.953,56
57	Ajustamentos em ativos financeiros	11.2 f)	86.745,81	86.745,81
58	Excedentes de revalorização	11.2 f)	0,00	309.960,45
59	Outras variações no capital próprio	11.2 f)	41.230,00	47.530,00
	Sub-total		17.246.819,87	16.284.185,08
81	Resultado líquido do exercício		846.231,53	981.049,39
89	Dividendos antecipados			
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		18.093.051,40	17.265.234,47
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
29	Provisões		0,00	0,00
25	Financiamentos obtidos		0,00	0,00
273	Responsabilidades por benefícios pós emprego		0,00	0,00
274	Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
23+26+27	Outras contas a pagar		0,00	0,00
	TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		0,00	0,00
	Passivo corrente			
22+271	Fornecedores	11.2 a)	501.843,46	299.848,01
218	Adiantamentos de clientes		360,00	918,00
24	Estado e outros entes públicos	11.2 b)	137.922,87	75.827,89
26	Regiões c/c	11.2 a)	5.243,38	29,53
25	Financiamentos obtidos		0,00	0,00
231+272..278	Outras contas a pagar	11.2 a)	574.339,25	588.640,28
28	Diferimentos	11.2 c)	136.607,00	241.239,21
	TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		1.356.315,96	1.206.502,92
	TOTAL DO PASSIVO		1.356.315,96	1.206.502,92
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		19.449.367,36	18.471.737,39

ORDEM DOS ENGENHEIROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS				
			(euros)	
SNC	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			31-Dez-2011	31-12-2010
71+72	Vendas e Serviços Prestados	10.2	6.033.591,30	5.865.928,96
75	Subsídios à exploração	10.5	42.200,24	281.403,66
	Sub-Total		6.075.791,54	6.147.332,62
78/68	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias e empreendimentos conjuntos	10.3	2.118,40	-8.638,40
73	Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade		0,00	7.736,66
	Sub-Total		6.077.909,94	6.146.430,88
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.3	5.280,60	9.808,67
62	Fornecimentos e serviços externos	13.1	3.483.330,47	3.146.408,40
63	Gastos com pessoal	13.3	2.113.679,00	2.061.352,55
	Sub-Total		5.602.290,07	5.217.569,62
65	Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
65	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.1	-3.146,10	21.952,29
65	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
65	Imparidade de investimentos não depreciables (perdas/reduções)		1.200,68	0,00
76/66	Aumentos/reduções do justo valor		665,35	8.897,87
78	Outros rendimentos e ganhos	10.3	626.540,71	824.540,37
68	Outros gastos e perdas	13.3	240.517,54	587.312,63
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		864.253,81	1.153.034,58
64/76	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.1 e 7.1	378.408,09	341.603,75
65	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	639,44
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		485.845,72	810.791,39
79	Juros e rendimentos similares	10.4	381.434,18	171.159,38
69	Juros e gastos similares	13.4	21.048,37	901,38
	Resultados antes de impostos		846.231,53	981.049,39
	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
81	Resultado líquido do período		846.231,53	981.049,39

ORDEM DOS ENGENHEIROS

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Ano 2011

(euros)	
RUBRICAS	PERÍODO
	2011
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>	
Recebimentos de clientes	6.171.370,80
Pagamentos a fornecedores	3.631.831,53
Pagamentos ao pessoal	2.106.417,53
Caixa gerada pelas operações	433.121,74
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	25.931,36
Outros recebimentos/pagamentos	725.801,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	1.132.991,38
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	1.411.647,92
<i>Ativos intangíveis</i>	96.601,35
<i>Investimentos financeiros</i>	(869,50)
<i>Outros ativos</i>	2.000,00
Recebimentos provenientes de:	
<i>Subsídios ao investimento</i>	8.488,40
<i>Juros e rendimentos similares</i>	381.434,18
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(1.119.457,19)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>	
Recebimentos provenientes de:	
Pagamentos respeitantes a:	
<i>Juros e gastos similares</i>	21.044,09
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(21.044,09)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(7.509,90)
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.925.674,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.918.164,94

ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONTRIBUINTE Nº 500 839 166
AVENIDA ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR Nº 3 D
LISBOA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Designação da entidade: ORDEM DOS ENGENHEIROS

1.2 - Sede: Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3 D

1.3 - Natureza da atividade

A ORDEM DOS ENGENHEIROS é uma Associação pública representativa dos licenciados em engenharia que exercem a profissão de Engenheiro (nº 1, do artº 1º do Estatuto da ORDEM DOS ENGENHEIROS);

A ORDEM DOS ENGENHEIROS é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, científica, disciplinar e regulamentar. (nº 2, do artº 1º do Estatuto da ORDEM DOS ENGENHEIROS);

A ORDEM DOS ENGENHEIROS tem como objeto fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando o esforço dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional (nº 1, artº 2 do citado estatuto).

A Ordem tem a sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3 D, em Lisboa, onde estão sediados os Serviços Centrais, Conselho Diretivo Nacional, e Direções Regionais em Lisboa, Coimbra, Porto, Madeira e Açores, as quais tem autonomia administrativa e financeira.

As presentes demonstrações financeiras respeitam à conta global da Ordem dos Engenheiros e foram elaboradas a partir das contas individuais do Conselho Diretivo Nacional, de cada uma das Regiões de Lisboa, Coimbra e Porto e das Secções Regionais da Madeira e dos Açores. Nas contas do Conselho Diretivo Nacional, que integraram esta consolidação, está incluída uma participação na subsidiária INGENIUM – Edições, Lda. contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

Trata-se das primeiras demonstrações financeiras globais elaboradas por solicitação do Tribunal de Contas.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico adotado

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nas contas individuais do Conselho Diretivo Nacional e das respetivas Regiões e Secções Regionais da Ordem dos Engenheiros, com as necessárias adaptações, nomeadamente, foram compatibilizados alguns saldos constantes das contas individuais de modo a tornar consistentes estas demonstrações e foram expurgados os saldos das contas que registavam as relações entre o Conselho Diretivo Nacional e as referidas Regiões e secções Regionais.

Não procedemos a qualquer alteração dos normativos que nortearam a elaboração das Demonstrações financeiras individuais, todavia referimos que estas últimas foram objeto de certificação por auditores

independentes pelo que poderemos referir que os normativos aplicados nas contas individuais, se aplicam “*mutatis mutandis*” às presentes demonstrações financeiras, pelo que, estas devem lidas à luz do referencial contabilístico seguido em cada uma daquelas Regiões e Secções Regionais.

Pelo que genericamente podemos referir que as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos Avisos n.ºs 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Por Despacho n.º 74/2011/MEF do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 10 de Março de 2011, foi homologada a seguinte norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo, ao abrigo do disposto no ponto 6.1 do anexo II do Decreto –Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março.

Esta norma será adotada a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelo que o presente anexo e respetivas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística (SNC).

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Na elaboração das presentes demonstrações não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2010;

3 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Conselho Diretivo Nacional, das Regiões e Secções Regionais da ORDEM DOS ENGENHEIROS de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e taxas de depreciação usadas foram as constantes do Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções50 Anos

Obras e beneficiações10 Anos

Equipamento básico4/8 Anos

Equipamento de transporte (viaturas ligeiras).... 4 Anos

Equipamento administrativo.....3/8 Anos

Os bens de reduzido valor são amortizados no próprio exercício

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

3.3 - Imparidade de ativos

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por Imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de Perdas por Imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.4 – Investimento em subsidiárias e consolidação

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias foi registada pelo método da compra.

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e consolidadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

3.5 - Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio

3.6 - Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a ORDEM DOS ENGENHEIROS e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.7 - Impostos sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da ORDEM DOS ENGENHEIROS de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual só pode ser calculado com fiabilidades após comunicação dos rendimentos tributáveis pelas Regiões e Secções Regionais para determinação do rendimento global.

3.8 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a ORDEM DOS ENGENHEIROS tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

c) Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

d) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e a Pagar e Diferimentos.

e) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

3.9 - Benefícios dos empregados

A ORDEM DOS ENGENHEIROS atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, complementos de trabalhos noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, complemento

de doença e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo Nacional, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo e seguros de saúde.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o atrás referido.

3.10 - Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo Nacional baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

b) Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

3.11 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da ORDEM DOS ENGENHEIROS.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem quaisquer restrições ao uso dos valores em caixa e depósitos à ordem.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

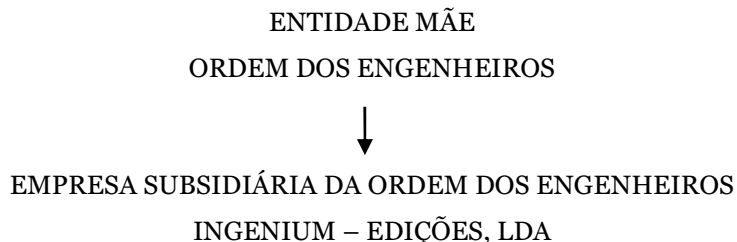
Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	10.396,38	14.001,63
Depósitos à ordem	463.581,82	578.430,02
Outros depósitos bancários	8.373.278,38	8.262.669,00
Total	8.847.256,58	8.855.100,65

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da ORDEM DOS ENGENHEIROS.

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - Relacionamentos com Empresa-mãe

As entidades relacionam-se do seguinte modo:



5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

A gestão da ORDEM DOS ENGENHEIROS é exercida pelo BASTONÁRIO, pelos dois Vice-Presidentes nacionais e pelos Presidentes e Secretários dos Conselhos Diretivos das Regiões, os quais não auferem quaisquer remunerações pelo desempenho dos respetivos cargos.

5.3 - Transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a ORDEM DOS ENGENHEIROS detinha os seguintes participações em subsidiárias:

Subsidiárias	Sede	% Participação	
		31-12-2011	31-12-2010
INGENIUM – Edições, LDA	Lisboa	90%	90%

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

	31-12-2011									
	Inventários		Ativos fixos		Contas a pagar	Contas a receber	Serviços		Juros	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas			Obtidos	Prestados	Gastos	Rendim.
<i>Ordem Dos Engenheiros</i>										
Ingenium - Edições, Lda	5.721,96				35.801,27		102.726,71			
Total	5.721,96				35.801,27		102.726,71			

	31-12-2010									
	Inventários		Ativos fixos		Contas a pagar	Contas a receber	Serviços		Juros	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas			Obtidos	Prestados	Gastos	Rendim.
<i>Ordem Dos Engenheiros</i>										
Ingenium - Edições, Lda	16.660,83				47.997,16		80.395,00			
Total	16.660,83				47.997,16		80.395,00			

6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.
- A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2010	Adições	Revalorizações	Alienações	Abates	Transfer.	Ativos detidos para venda	31-12-2011
Terrenos e Recursos Naturais	654.752,19	118.969,97	-	-	-	-	-	773.722,16
Edifícios e Outras Construções	8.017.872,69	703.498,52	-	-	-	-	-	8.721.371,21
Equipamento Básico	186.087,03	3.745,69	-	-	-	-	-	189.832,72
Equipamento de Transporte	105.500,00	29.000,00	-	-	-	-	-	134.500,00
Equipamento Administrativo	1.430.045,33	64.608,46	-	-	(1.296,87)	-	-	1.493.356,92
Outros Ativos tangíveis	109.352,35	23.070,67	-	-	-	-	-	132.423,02
Investimentos em Curso - Ativos Tangíveis	565.072,28	346.521,29	-	-	-	(57.090,60)	-	854.502,97
Total Ativo Tangível Bruto	11.068.681,87	1.289.414,60	-	-	(1.296,87)	(57.090,60)	-	12.299.709,00
Depreciação Acumulada								
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras Construções	1.610.184,58	213.983,90	-	-	-	-	-	1.824.168,48
Equipamento Básico	127.761,46	12.923,11	-	-	-	2.302,45	-	142.987,02
Equipamento de Transporte	77.749,99	16.500,00	-	-	-	-	-	94.249,99
Equipamento Administrativo	1.153.444,26	96.470,26	-	-	(1.296,87)	(2.302,45)	-	1.246.315,20
Outros Ativos tangíveis	55.380,77	13.909,18	-	-	-	-	-	69.289,95
Total Depreciação Acumulada	3.024.521,06	353.786,45	-	-	(1.296,87)	-	-	3.377.010,64
Compensação de imobilizado CDN/RSUL	-	(9.242,00)				9.242,00		-
Depreciação Acumulada	3.024.521,06	344.544,45	-	-	(1.296,87)	9.242,00	-	3.377.010,64
Ativo Tangível Líquido	8.044.160,81	944.870,15	-	-	-	-	-	8.922.698,36

É de referir que o valor da rubrica Transferência de Investimentos em Curso - Ativos Tangíveis respeita a ativos intangíveis, conforme consta do quadro do ponto 7.

7 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

7.1 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis

- Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.
- A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2010	Adições	Alienações	Transfer.	31-12-2011
Goodwill					-
Projetos de Desenvolvimento					-
Programas de Computador	9.067,62	14.621,07			23.688,69
Propriedade Industrial					-
Outros Ativos Intangíveis	-	24.889,68		57.090,60	81.980,28
Investimentos em Curso - Ativos Intangíveis					-
Ativo Intangível Bruto	9.067,62	39.510,75	-	57.090,60	105.668,97
Amortizações Acumuladas	5.975,81	33.863,94			39.839,75
Perdas por Imparidade Acumuladas					-
Depreciação Acumulada	5.975,81	33.863,94	-	-	39.839,75
Ativo Intangível Líquido	3.091,81	5.646,81	-	57.090,60	65.829,22

8 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO:

8.1 - Nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe

Subsidiárias

A entidade incluída na consolidação, sua sede social e proporção de capital detido em 31-12-2011, é a seguinte:

Empresa	Método consolidação	Sede	% Capital	Capital	Ativo	Resultado	Valor contabilístico
INGENIUM - Edições, Lda.	MEP	Av. Sidónio Pais, 4 E	90%	5.000,00	165.580,25	2.353,78	149.022,23
NIPC 504238175		Lisboa					
Total	Subsidiárias			5.000,00	165.580,25	2.353,78	149.022,23

Os investimentos em subsidiárias apresentam os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31-12-2011 e 31-12-2010.

Descrição	31-Dez-11	31-Dez-10
Saldo no início do ano	87.278,10	95.916,50
Alienações	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Impacto da aplicação do MEP		
Quota-parte no resultado	2.118,40	-8.638,40
Outros movimentos nos capitais próprios	0,00	0,00
Saldo no final do ano	89.396,50	87.278,10

8.2 - Nas demonstrações financeiras individuais de uma empresa-mãe que, nos termos legais, esteja dispensada de elaborar contas consolidadas

- a) Nos termos do nº 1, do artº 7, do Dl 158/2009, de 13 de Julho, Ordem dos Engenheiros encontra-se dispensada da apresentação de contas consolidadas por não ultrapassar os limites nele previstos.

9 - INVENTÁRIOS

9.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Ver Nota 3

9.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os inventários da ORDEM DOS ENGENHEIROS detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2011			31-12-2010		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00		0,00	0,00		0,00
Mercadorias	252.673,00	0,00	252.673,00	232.877,69	0,00	232.877,69
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00
Subprodutos e desperdícios	0,00		0,00	0,00		0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00
Adiantamento por conta de compras	0,00		0,00	0,00		0,00
Total	252.673,00	0,00	252.673,00	232.877,69	0,00	232.877,69

9.3 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período findo em 31 de dezembro de 2011, detalha-se conforme segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	232.877,69	0,00	232.877,69
Compras	30.742,59	0,00	30.742,59
Regularizações	-5.666,68	0,00	-5.666,68
Saldo final	252.673,00	0,00	252.673,00
Gastos no exercício	5.280,60	0,00	5.280,60

10 - RÉDITO:

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Ver Nota 3

10.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de dezembro de 2011 e 2010 relativo a vendas e prestações de serviços e outros, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Vendas	3.551,35	12.160,99
Quotizações	4.813.874,76	4.605.920,15
Jóias	368.765,50	273.746,50
Taxas de reingresso	5.760,40	4.619,60
Formação	470.985,20	604.957,53
Outros serviços prestados aos membros	370.654,09	364.524,19
Total	6.033.591,30	5.865.928,96

10.3 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de Outros Rendimentos e Ganhos e Ganhos e Perdas em subsidiárias

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de dezembro de 2011 e 2010, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos suplementares	127.592,91	198.716,14
Descontos pp obtidos	1,20	59,13
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	2.404,46	586,41
Rendimentos e ganhos em subsidiárias		0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	26,20	41,14
Rendimentos e ganhos nos ativos não financeiros	12.659,99	26.038,42
Outros	483.855,95	599.099,13
Total	626.540,71	824.540,37

10.4 - Quantia de rédito reconhecida durante o período relativa a juros de aplicações financeiras

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Juros obtidos	381.434,18	171.159,38
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	381.434,18	171.159,38

10.5 - Quantia de rédito reconhecida durante o período relativa a subsídios à exploração

Subsídios reconhecidos	Tipo Subsídio	2011	2010
Conselho Diretivo Nacional	IEFP	4.848,75	0,00
Região Norte	QREN	0,00	281.101,91
	PLANTENG	34.635,00	0,00
Região Centro		216,00	301,75
Região sul		2.500,00	0,00
Total		42.199,75	281.403,66

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Ver Nota 3

11.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros

a) Clientes/Fornecedores/Sócios/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Clientes/Fornecedores/Regiões/Outras Contas a Receber e a Pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Clientes	570.323,64		570.323,64	547.893,04		547.893,04
Fornecedores	92,50		92,50	0,00		0,00
Pessoal	1.800,00		1.800,00	1.303,38		1.303,38
Regiões c/c	0,00		0,00	0,00		0,00
Outras contas a receber	524.028,74		524.028,74	599.560,79		599.560,79
Perdas por imparidade	69.465,90		69.465,90	73.906,00		73.906,00
Total do Ativo	1.026.778,98	0,00	1.026.778,98	1.074.851,21	0,00	1.074.851,21
Passivos						
Clientes	0,00			0,00		
Fornecedores	501.843,46		501.843,46	299.848,01		299.848,01
Pessoal	7.242,69		7.242,69	2.167,64		2.167,64
Regiões c/c	5.243,38		5.243,38	29,53		29,53
Outras contas a pagar	567.096,56		567.096,56	586.472,64		586.472,64
Total do Passivo	1.081.426,09	0,00	1.081.426,09	888.517,82	0,00	888.517,82
Total líquido	-54.647,11	0,00	-54.647,11	186.333,39	0,00	186.333,39

b) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	59.595,81		59.595,81	32.279,01		32.279,01
Retenção de impostos sobre rendimentos	371,00		371,00	0,00		0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	4.054,44		4.054,44	6.847,56		6.847,56
Outros impostos	0,00		0,00	155,00		155,00
Total	64.021,25	0,00	64.021,25	39.281,57	0,00	39.281,57
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	0,00		0,00	0,00		0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	28.264,40		28.264,40	28.292,38		28.292,38
Imposto sobre o valor acrescentado	70.510,77		70.510,77	11.469,83		11.469,83
Contribuições para a segurança social	39.147,70		39.147,70	36.065,68		36.065,68
Total	137.922,87	0,00	137.922,87	75.827,89	0,00	75.827,89

c) Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	915,40		915,40	1.809,00		1.809,00
Rendas a pagar	117,47		117,47	117,00		117,00
Outros gastos	100.851,86		100.851,86	57.916,40		57.916,40
Total	101.884,73	0,00	101.884,73	59.842,40	0,00	59.842,40

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Rendimentos a reconhecer						
Subsídios	0,00		0,00			0,00
Rendas a receber			0,00			0,00
Outros rendimentos	136.607,00		136.607,00	241.239,21		241.239,21
Total	136.607,00	0,00	136.607,00	241.239,21	0,00	241.239,21

d) Outros instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Outros Instrumentos Financeiros apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros instrumentos financeiros						
Ativos						
Instrumentos financeiros detidos para negociação	70.908,36		70.908,36	70.574,19		70.574,19
Total	70.908,36	0,00	70.908,36	70.574,19	0,00	70.574,19

e) Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	10.396,38	14.001,63
Depósitos à ordem	463.581,82	578.430,02
Outros depósitos bancários	8.373.278,38	8.262.669,00
Total	8.847.256,58	8.855.100,65

f) Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Capital Próprio apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Capital próprio		
Capital realizado	0,00	0,00
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Prêmios de emissão	0,00	0,00
Reservas legais	504.950,02	452.546,89
Outras reservas	2.356.908,67	2.197.448,37
Resultados transitados	14.256.985,37	13.189.953,56
Ajustamentos em ativos financeiros	86.745,81	86.745,81
Excedentes de revalorização	0,00	309.960,45
Outras variações no capital próprio	41.230,00	47.530,00
Resultado líquido do período	846.231,53	981.049,39
Total	18.093.051,40	17.265.234,47

Quanto à variação ocorrida nos Resultados Transitados detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2011
Detalhe das variações de resultados transitados	
Saldo inicial	13.189.953,56
Transferência do resultado líquido	981.049,39
Transferência para reservas legais	-52.403,13
Transferência para reservas estatutárias	-159.460,30
Regularizações extraordinárias	297.845,85
Total	14.256.985,37

A evolução na rubrica Outras Variações no Capital Próprio tiveram o seguinte desenvolvimento:

Descrição	31-12-2011
Detalhe das outras variações no capital próprio	
Saldo inicial	47.530,00
Transferência para resultado de parte do Subsídio DGOT	-6.300,00
Total	41.230,00

12 - IMPARIDADE DE ATIVOS

12.1 - Imparidades para dívidas de clientes

No exercício de 2011 as imparidades para clientes tiveram o seguinte movimento:

Classe do ativo	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização /anulações /reversões	Transferências	Saldo Final
Cientes	73.906,00	8.340,00	11.486,10	1.294,00	69.465,90
Outros Devedores	0,00	0,00	0,00		0,00
Em inventários	0,00	0,00	0,00		0,00
Total	73.906,00	8.340,00	11.486,10	1.294,00	69.465,90

O valor de 1.294,00 € evidenciado em transferências refere-se à utilização na Secção Regional da Madeira para regularizar saldos de membros que foram suspensos por não pagamento de quotas e membros que pediram o cancelamento da sua inscrição na ORDEM DOS ENGENHEIROS. O saldo em balanço das imparidades é de 69.465,90 € (vide nota 11.2 - Instrumentos financeiros)

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

13.1 - Serviços Externos

Os gastos com Serviços Externos no exercício de 2011 e 2010, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Subcontratos	0,00	977,39
Serviços especializados	1.808.448,13	1.417.486,58
Materiais	205.041,47	123.789,93
Energia e fluidos	81.805,49	71.784,14
Deslocações estadas e transportes	387.799,02	371.988,56
Serviços diversos	1.000.236,36	1.160.381,80
Total	3.483.330,47	3.146.408,40

13.2 - Gastos com o Pessoal

Os gastos com o Pessoal, no exercício no exercício de 2011, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Remuneração dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	1.696.709,58	1.654.062,21
Benefício pós emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	32.700,00
Encargos sobre remunerações	333.900,17	313.778,78
Seguros acidentes de trabalho	26.060,66	24.105,52
Gastos de ação social	5.665,32	6.224,52
Outros gastos com pessoal	51.343,27	30.481,52
Total	2.113.679,00	2.061.352,55

13.3 - Outros Gastos e Perdas

Os gastos acumulados na rubrica Outros Gastos e Perdas, no exercício de 2011, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Impostos	33.382,71	239.100,62
Perdas em inventários	44,76	16.796,62
Comparticipação para as eleições dos Órgãos Diretivos	0,00	126.123,32
Gastos e perdas nos inventários não financeiros	6.027,06	1.382,73
Outros	201.062,97	203.909,34
Total	240.517,54	587.312,63

13.4 - Outros Juros e Gastos Similares

Os gastos acumulados na rubrica Outros Juros e Gastos e Similares, no exercício de 2011, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Juros suportados	58,34	901,38
Diferenças de câmbio	4,28	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	20.985,75	0,00
Total	21.048,37	901,38

13.5 - Número médio de pessoas ao serviço da empresa em 31 de dezembro de 2011

No exercício de 2011, o número médio de pessoas ao serviço da ORDEM DOS ENGENHEIROS foi de 76.

14 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo Nacional e autorizadas para emissão em 24 de setembro de 2012.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

O Conselho Diretivo Nacional entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da ORDEM DOS ENGENHEIROS, bem como a sua posição e desempenho financeiros e respetivos fluxos de caixa. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.

Lisboa, 24 de setembro de 2012

Técnico Oficial de Contas

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL